

O MOVA E O DISCURSO DO PT

THE MOVA AND THE PT DISCOURSE

Atílio Butturi Junior¹

Recebido para publicação em 20/10/07

Aceito para publicação em 21/10/07

RESUMO

Este trabalho pretende, partindo de *A ordem do discurso* de FOUCAULT (2002), debater as relações entre a concepção de letramento do MOVA (Movimento de Alfabetização) e um discurso tipicamente marxista-humanista e como esse discurso se presta à legitimação de uma identidade ético-política do Partido dos Trabalhadores¹. O ponto nodal é, pois, inquirir acerca do papel produtivo de um discurso sobre o Letramento e de como este se adequa a um projeto não apenas social e educacional, mas também político: a ascensão nacional do PT.

Palavras-chave: MOVA; Partido dos Trabalhadores; discurso.

ABSTRACT

Based on Foucault's *L'ordre du discours* (2002), the aim of this study is to debate the relations existing between the concept of literacy of the MOVA (Alphabetization Movement) and a typical marxist-humanist discourse, as well as to demonstrate how this discourse is able to legitimate an ethico-political identity for the "Partido dos Trabalhadores"(PT). The fundamental point, thus, is to inquire about the productive power of a discourse on literacy and in what way it adjusts to a project that is not only social and educational, but mainly political: the national ascension of the "PT".

Key words: MOVA; Partido dos Trabalhadores; discourse.

Introdução

Na discussão acerca da aquisição da linguagem escrita, o aporte, na década de oitenta, de concep-

ções sócio-históricas parece decisivo para a assunção de uma postura discursiva³ em detrimento tanto de um ensino focado na gramática normativa do *PB* quanto do entendimento da linguagem enquanto transparên-

¹ Mestrando em Linguística - UFSC. e-mail: atiliobutturi@yahoo.com.br

² Doravante "PT".

³ Não cabe aqui definir a quais diferentes vertentes do "discurso" se enquadram as modalidades diferentes do que se convencionou chamar de Letramento.

cia referencial/informacional.

Suplantando, pois, o que se pode denominar o “paradigma estrutural”, – forma da teoria lingüística para qual a cientificação implicaria a exclusão do acontecimento – a guinada teria se dado pela inclusão da língua como processo em que identidades se criam e lutam pelo “dizível”.

Da perspectiva de uma língua transformada em discurso, trabalhos como o de Meserani (1995) nos permitem inferir a apropriação de uma variável historicamente valorizada no ensino da língua, que criaria mecanismos de legitimação e proliferação das relações (societárias) desiguais na instituição liberal-iluminista por excelência: a escola, “agência social da cultura escrita” (MESERANI, 1995, p.27).

Contrapondo-se a essa concepção parafrástica de reprodução, os estudos recentes da relação sujeito-escrita partem do conceito de LETRAMENTO, entendido como: “Conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e de poder” (KLEIMAN, 2002, p.11).

Se, pois, discurso e indivíduo são constitutivos, a concepção de Letramento surge como instrumento de INCLUSÃO da alteridade, levando em consideração não apenas motivações cognitivas para o sucesso/fracasso no uso da escrita, mas, de forma oposta, tomando como positivos e necessários os embates sociais e históricos nos quais os sujeitos estão sempre-já inseridos.

Partindo desse conceito e suas reverberações, o presente artigo pretende voltar-se para o programa MOVA,⁴ Movimento de Alfabetização criado e implantado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em 1989 na então primeira administração petista de visibilidade nacional, cujo foco era a alfabetização de adultos nos moldes elaborados pelo modelo que Street (1984) definiu como ideológico: parte-se de uma situação de diglossia excludente para a criação de identidades locais que possuam a capacidade não só de proficiência textual mas de competência discursiva, esta última trazendo no bojo o vislumbre de ações

transformadoras das práticas.

Tal escolha objetiva, mais que entender a implementação do MOVA na forma de ultrapassagem de uma “ordem” já tradicional nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos rumo a assunção total das práticas de Letramento, indagar acerca das relações específicas que o MOVA detém com um discurso tipicamente marxista-humanista (via Paulo Freire) e como esse discurso se presta à legitimação de uma identidade ético-política do Partido dos Trabalhadores⁵.

O ponto nodal é, pois, inquirir acerca do papel produtivo de um discurso sobre o Letramento (MOVA) e de como este se adequa a um projeto não apenas social e educacional, mas também político: a ascensão nacional do Partido dos Trabalhadores.

Dessa perspectiva, serão problematizados alguns documentos oficiais do programa MOVA (onde constam objetivos, justificativa, metodologia e análise de resultados) e do próprio PT seguindo a hipótese de uma “ordem do discurso” (FOUCAULT, 2002) limitadora do acontecimento discursivo e responsável pela criação de um possível enunciável: o discurso identitário inicial do PT.

Destarte, se como pretende Foucault (2002) o discurso é produto da violência feita às coisas, maneira tanto de descentrá-las quanto de circunscrevê-las a regimes específicos de circulação de sentido, é mister perscrutar o discurso político-educacional do MOVA partindo de algum “esquema” metodológico norteador. Assim, nos valeremos das hipóteses de Foucault (2002, p. 8-9), para quem: “Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Nessa constante proliferação-contenção que caracteriza uma ordem discursiva, Foucault (2002, p. 10) aponta uma relação fundamental, a saber: o desejo e o poder, sendo o discurso não apenas o tradutor – ainda que não transparente – das lutas exteriores a ele mas o produtor de mundos, modos específicos

⁴ MOVA: Movimento de Alfabetização.

⁵ Doravante “PT”.

de dominação pelos quais se luta, “o poder de que queremos nos apoderar”.

Isto posto, é no entendimento de uma “tomada de turno discursivo” que se pautarão as considerações desse trabalho, cuja pretensão estaria em interpolar a possibilidade de legitimação do discurso petista junto a uma formação discursiva que lhe era estranha e por muitas vezes antagonista.⁶

Para tanto, os textos serão abordados a partir do que Foucault (2002)⁷ definiu como mecanismos exteriores de ordenação do discurso: a *interdição, a cisão entre a razão e a loucura e a vontade de verdade*. Da articulação desses três procedimentos com as respectivas políticas de tomada de poder (tomadas do próprio discurso enquanto materialidade enunciada-legitimada-legitimadora) é que se poderá aventar uma “arqueo-genealogia” dos projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos para os quais o MOVA serviria de parâmetro ideológico-institucional.⁸

A fim de reconstruir essa *série*, o texto está assim dividido: o item 1 trata de uma breve história tanto do PT quanto da criação do MOVA; o item 2 engendra um diálogo entre o discurso freiriano e um marxismo-existencialista, para então vincular este, no item 3, ao discurso socialista do PT e sua atualização em proposta pedagógica (MOVA); o item 4 retoma o conceito de Letramento para indicar no MOVA menos um afastamento definitivo das propostas de alfabetização universal de modelos anteriores (o Mobral, por exemplo) do que uma intrincada relação entre o discurso pedagógico e o institucional (PT); por fim, as considerações finais discutirão as políticas públicas de inclusão via educação, sobretudo ao se partir da constitutividade entre pedagogia, poder e discurso.

1) A estrela sobe

No final da década de setenta o Brasil estava imerso naquilo que se convencionou chamar de “abertura”: iniciada pelo governo Geisel (1974 -1978) a distensão foi produto direto do fracasso creditado ao “milagre econômico” militar e engendrou uma crise de legitimação do modelo ditatorial e a conseqüente diminuição do papel coercitivo do Estado nas questões político-ideológicas que vigoravam desde o “golpe” de 1968.

Não obstante o “fracasso” da política econômica (sobretudo causado pela dupla inflação-estagnação), ocorreu uma efetiva ampliação do parque industrial brasileiro (via substituição de importações) seguida de novos posicionamentos de alguns setores da massa de trabalhadores: “Nos setores mais modernos do parque industrial, os operários passaram a receber melhores salários [...] e usufruir de melhores condições de trabalho” (OLIVEIRA, 1998, p. 43).

Da intersecção entre abertura político-ideológica e expansão industrial, pois, é que se pode estabelecer a emergência do “Novo Sindicalismo”, marcado pelo “desejo ou disposição de modificar a estrutura sindical vigente e questionar a política salarial e trabalhista” (OLIVEIRA, 1998, p. 46).

Até aquele momento, a organização operária brasileira estivera marcada pela heterogeneidade, in-ferida por ausência de “consciência de classe” no entendimento das concepções sociológicas brasileiras no que tange as relações entre o Estado e os trabalhadores. De acordo com (OLIVEIRA, 1994, p.29) foi nessa suposta ausência que se formulou o imaginário do trabalhador na literatura especializada⁹:

⁶ Dada a conjuntura atual, o argumento de uma esquerda transformadora parece insustentável para caracterizar o PT, sobretudo pela guinada ocorrida no bojo de suas instituições e de seus discursos. No entanto, cabe ressaltar novamente que tratamos de um episódio específico na *série arqueológica* do PT, qual seja, o momento primeiro de sua visibilidade nacional e da tentativa de relacionar sua ideologia pautada em um modo socialista particular de governo com as propostas do Letramento via MOVA.

⁷ FOUCAULT (2002) também descreve os procedimentos internos de ordenação (comentário, autor e disciplina) que, embora axiais na elaboração de sua análise do discurso, aqui serão preteridos por razões de pertinência metodológica.

⁸ Dentre os projetos educacionais do PT para a campanha presidencial está “Implantar o programa MOVA para erradicar o analfabetismo absoluto de jovens e adultos num prazo de quatro anos...”.

⁹ OLIVEIRA (1994) analisa em suas especificidades os discursos de Leôncio Rodrigues, Albertino Rodrigues e Francisco Weffort.

Os esforços de explicação se concentram na busca dos fatores que possam ser responsabilizados por esta “ausência” de consciência, destacando-se entre eles o corporativismo, o populismo e o autoritarismo, a estrutura agrária, o processo de industrialização e a precariedade do sistema partidário.

A questão-chave desse Novo Sindicalismo era então suplantar os “vícios do sindicalismo” – o sistema de “pelegos”, representantes sindicais vinculados aos detentores do capital e ao regime ditatorial – a partir da criação de uma “vanguarda” trabalhista responsável pela mobilização das massas trabalhadoras, ainda vistas como inertes e intelectualmente incapazes de ação.

Conforme descreve Oliveira (1994) essa “liderança combativa” estava desde então cindida em quatro grupos:

- unidade sindical: liderada por “Joaquinzão” e mantendo conexões com o aparato trabalhista estatal;
- autênticos: grupo moderado liderado por Luís Inácio Lula da Silva;
- oposição sindical: com posições mais radicais, liderados por José Ibrahim;
- radicais: grupo questionador das regras políticas vigentes que teve papel fundamental na posterior ideologização do movimento sindical.

No entanto, o vanguardismo dessa primeira hora não defendia questões ideológicas, mas centrava-se no problema salarial – sobretudo depois do erro de cálculo dos reajustes vinculados aos índices de inflação relativo ao ano de 1973 que ocasionou perdas na massa dos salários e só foi reconhecida oficialmente em 1977, quando o Ministério do Trabalho admitiu a defasagem de aproximadamente 3% causada por erros de cálculo do DIEESE.

Com a reposição das perdas efetivada pelo Governo Geisel em 1978, o fortalecimento do Novo Sindicalismo tornava-se realidade, impulsionado pela criação de uma agenda comum: movimento grevista por dissídios coletivos, cujo foco era as indústrias automobilísticas do ABC paulista.

Desse período, Oliveira (1994, p.60) condensa como os principais eventos políticos:

As eleições presidenciais e parlamentares, as reformas institucionais propostas por Geisel,

e as propostas de reformulação da Lei Salarial e da CLT. A eleição presidencial, como era a regra, se fazia de forma indireta, por um colégio eleitoral com maioria do Governo, a Arena. Em 1978, o candidato oficial foi o General João Batista Figueiredo, mas o MDB decidiu entrar em campanha por eleições diretas, formando, no primeiro semestre de 1978, a Frente Nacional de Redemocratização, tendo como candidato a presidente e a vice-presidente respectivamente o General Euler B. Monteiro e o Deputado Federal Ulysses Guimarães.

A participação ofensiva do MDB representara, até aquele momento, um mecanismo válido na transformação do quadro político brasileiro. A dualidade MDB x ARENA havia alimentado a formação de opões à esquerda do regime militar e até mesmo a vanguarda sindical incipiente aderiram aos projetos da Frente Nacional. Ao movimento sindical, até esses meados de 1978, não caberia a assunção direta da luta pelas transformações, mas apenas o apoio àqueles que mais adequadamente conduziam a representatividade.

Se durante esse período inicial o Novo Sindicalismo permanecera ligado às práticas liberais (acordos coletivos de trabalho diretamente negociados com os patrões, adesão à Frente emedebista), o segundo semestre de 1978 marcará a diferença de posições:

Já em julho do mesmo ano, estava claro para Lula que os trabalhadores não poderiam participar da vida política sem um partido dos trabalhadores. Numa entrevista publicada no dia 23 desse mesmo mês, no Diário do Grande ABC, ele afirma que é chegada a hora de a classe trabalhadora “parar de ser instrumento” (GADOTTI, 1989, p. 20).

Tal mudança se refletiria imediatamente na criação de um partido já em 13 de outubro de 1979, com a divulgação da “Declaração Política” do PT, que trazia no bojo a decisão pela luta anti-repressiva e um programa pró-PT de organização partidária. Finalmente, em 1980 houve uma petição de registro no Tribunal Superior Eleitoral e a legalização do Partido dos Trabalhadores.

A década de oitenta, pois, funcionaria como momento de inscrição do PT na ordem política brasi-

leira: os trabalhadores, antes representados por áreas específicas dentro do MDB ou do PTB agora se valiam de um discurso autônomo que precisaria ser devidamente concatenado com aquela vanguarda sindicalista que desta feita já não compactuava com um sindicalismo paternalista e não circunscrevia suas reivindicações à pauta salarial.

À procura de uma identidade partidária, esse discurso petista inicial centrava-se sobretudo pela insistência na democracia exercida pelas bases, uma diferenciação em relação ao sistema representativo de até então no qual a ideologia mascarava a dominação dos trabalhadores pela burguesia (GADOTTI, 1989). Desta forma, enquanto no período apartidário o discurso da colaboração trabalhadores e MDB, PDT ou PTB ainda mantinha legitimidade, a ruptura engendrada com a criação do PT suscitaria o abandono da submissão por meio da conscientização crescente do trabalhador.

Da necessidade de creditar aos trabalhadores uma consciência de classe é que se institucionalizará o discurso do partido. É, pois, de um socialismo e de um marxismo humanizado que se forma o discurso do PT, inaugurando na ordem então vigente um esforço de “desnaturalização” dos processos de produção econômica e a construção de uma “nova ética”, responsável por trazer à tona a luta de classes e a coisificação dos sujeitos:

E, se o fim supremo do Partido dos Trabalhadores é o socialismo, ele mesmo, este fim, torna-se ética, por excelência, se entendermos que a SUPREMA MORALIDADE é a realização do homem, assim como a SUPREMA IMORALIDADE é, por outro lado, tudo o que desrealiza, tudo o que desenraíza, o desencrava de seus projetos, seus sonhos, seus desejos, seu crescimento [...] como ser humano com suas potencialidades variadas (GADOTTI, 1989)

A preocupação com a conscientização das massas de trabalhadores e sua AUTONOMIA como meio de ultrapassar a dominação liberal-burguesa (GADOTTI, 1989) encontrará na educação uma fer-

ramenta discursiva fundamental para forjar a identidade petista: educar o oprimido surge como tarefa inadiável no processo emancipatório dos sujeitos, única garantia de transformação efetiva a ser incorporada na discussão política pela ascensão do PT.

Tal ascensão ocorreria de maneira indiscutível nas eleições de 1988, com a vitória de Luiza Erundina nas eleições municipais de São Paulo. A visibilidade até então interdita ao partido – que governava até então em locais considerados “pouco expressivos”¹⁰ – permitiu a maturação de uma identidade nacional petista, bem como a legitimação do discurso desses trabalhadores como alternativa positiva no quadro político nacional pós-anistia.

É nesse contexto que surgiria o MOVA – Movimento de Alfabetização – parceria entre a Secretaria Municipal de Educação chefiada por Paulo Freire e os movimentos sociais da capital vigente no período de 1989 a 1992 cujos objetivos seriam:

- *Desenvolver um processo de alfabetização que possibilitasse aos educandos uma leitura crítica da realidade.*

- *Contribuir para o desenvolvimento da consciência política dos (as) educandos (as) e dos(as) educadores(as) envolvidos(as).*

- *Reforçar o incentivo à participação popular e à luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública e popular.*

- *Reforçar e ampliar o trabalho dos grupos populares que já trabalhavam com alfabetização de jovens e adultos na periferia da cidade.¹¹*

Para aprofundarmos o entendimento desse discurso emancipatório que subsidiará a identidade pedagógica nacional do PT é mister que nos voltemos mais atentamente às propostas freirianas e seu posicionamento existencial-marxista.

2) **Eu, os outros e o capital: o humanismo freiriano**

O discurso político-pedagógico (CUNHA,

¹⁰ Para mais dados acerca da expansão do PT consultar GADOTTI (1989).

¹¹ **Mova em movimento.** Disponível em < <http://www.paulofreire.org/mova.pdf> >.

1985) de Paulo Freire subleva-se contra um *interdito fundamental*: o discurso cartesiano. Fazendo uso de duas formações discursivas hegemônicas do século XX, a fenomenologia existencialista e o materialismo dialético, investe contra o binarismo de Descartes ao legitimar formas mais complexas de discutir a gnosiologia e a ontologia.

Isto posto, partamos da metáfora da EDUCAÇÃO BANCÁRIA (FREIRE, 1979, p.65) entendida como “narração ou dissertação que implica num sujeito – o narrador – e em objetos pacientes, ouvintes – os educandos” para refletir acerca da posição freiriana.

Se, pois, a educação tradicional poderia ser definida em termos bancários, isso se deve a seu posicionamento pré-kantiano, que garante o acesso irrefutável do sujeito cognoscente aos objetos do mundo. Esse mesmo sujeito é tido como uno e plenamente consciente de seus atos e, se trazido à discussão pedagógica, permite uma aproximação à onisciência do professor como transmissor de conhecimentos, sujeito indubitavelmente mais capacitado para a apreensão dos objetos do mundo e para o qual os educandos também figurariam como objetos.

Dessa perspectiva, à discrepância entre professor e alunos na capacidade cognitiva corresponderia uma discrepância nas relações de poder, visto que somente ao primeiro estaria garantido o acesso à coisa-em-si. Ademais, só os professores é que teriam um espaço legitimado de enunciação, garantido pelas posições economicamente desiguais da sociedade capitalista.

Aprofundemos esse dualismo investigando o interdiscurso freiriano.

2.1) Eu e o Outro

O discurso que perpassa a construção de uma pedagogia do oprimido pode ser lido como uma ver-

tente fenomenológico-existencial. Assim, segundo Freire (1983, p.40) “existir ultrapassa viver porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele” e, portanto, exige uma abandono de qualquer consciência pre-dada rumo à facticidade de um ser-com-os-outros (PENHA, 1982).

Essa problemática existencialista está ancorada na fenomenologia, corrente filosófica inaugurada oficialmente com Husserl no final do século XIX e que participou de forma ativa na crise de objetividade por que passou o paradigma cartesiano no decorrer do século XX ao indicar uma INTENCIONALIDADE¹² radical e doadora de sentido na cognição humana:

Eis o postulado básico da fenomenologia [a intencionalidade], e a característica fundamental da consciência, pois é através dela que aquilo que um objeto é se constitui espontaneamente na consciência. A intencionalidade estabelece uma nova relação entre o sujeito e o objeto, o homem e o mundo, o pensamento e o ser, ambos inseparavelmente ligados (PENHA, 1982, p. 29).

Ao invés de uma relação na qual o pensamento (NOESE) é depositário do mundo exterior (NOEMA), Husserl propõe uma *correlação* como pré-condição de todos os eventos de compreensão. Diante do binarismo cartesiano, a fenomenologia estabelece um novo regime de dizer no qual a razão matemática é suplantada pela intencionalidade subjetivista, radicalização definitiva da postura kantiana de impossibilidade de *noumenológica*.

A apropriação do cerne da filosofia husserliana e sua disseminação mais célebre se dará pelas vias existencialistas: Heidegger (negando a alcunha)¹³, Sartre e Merleau-Ponty tomarão a desconstrução da objetividade e a noção de situacionalidade cognoscente em seus escritos e é justamente essa “corrente” que subsidiará boa parte das concepções freirianas.

¹² De acordo com LYOTARD (1967) a intencionalidade foi retomada por Husserl da teoria de Brentano e consistiria numa pré-condição de qualquer relação de conhecimento pela qual o sujeito cognoscente intenciona subjetivamente seu objeto, o que o impossibilitaria de inferir uma eidética (essência). Para a fenomenologia husserliana, a busca seria, então, pela “redução eidética”, ou seja, a busca das coisas-em-si em seus elementos invariantes (não condicionados pela subjetividade).

¹³ Há diferenças irreconciliáveis entre os chamados existencialistas, sobretudo se considerarmos o caráter anti-humanista da filosofia heideggeriana contraposta aos escritos de Sartre e do primeiro Ponty. A questão aqui é didática, tanto por fugir da preocupação desse texto discutir esses autores quanto porque em Paulo Freire é uma espécie de existencialismo particular – mais próximo da experiência francesa e, digamos, “diluído” – que poderá ser inferido.

Destarte, o existencialismo toma a noção husserliana de doação de sentido via ideação e a problematiza de maneira radical pela FACTICIDADE. A definição existencial do homem seria a:

[...] *facticidade* ou consciência de achar-se simplesmente lançado aí, *queda* em si mesmo até a perda de si no anonimato de 'impessoal', reversível porém em vida autêntica pela ascese da angústia, eis pois o homem como ser-no-mundo. (grifo nosso). (BEAUFRET, 1976, p. 25)

Quando, pois, aponta que o sujeito está no mundo e com o mundo, Freire traz à tona o discurso existencialista do homem como projeto, incompleto em sua condição de lançado na existência (*geworfenheit*) mas que, ao se temporalizar e se relacionar com-os-outros se submete à uma espécie de “prova” em busca da autenticidade: o ser-em-si que, no caso freiriano, se confunde com o sujeito autônomo e consciente. Esse processo de retorno a si só se tornaria viável por ser a compreensão verdadeira uma elucidação de si, um vislumbre de todas as possibilidades do humano¹⁴. Dessa perspectiva, como ferramenta de apropriação da própria existência na miríade de relações sociais, a educação no discurso de Freire surgiria condição para a emancipação, oportunidade de reflexão mais genuína que conteria a QUEDA no abismo da reificação.

2.2) Nós e o Capital

Da mesma maneira que fez Sartre, entretanto, Freire assume a perspectiva marxiana na discussão da facticidade existencialista: mais que lançados na existência, os homens estão submersos em relações de produção que os condicionam e estabelecem suas identidades.

Essa posição sartreana é compartilhada, na década de sessenta, por boa parte da esquerda francesa: não obstante concordarem com o anti-cartesianismo

marxiano e a conseqüente exigência das identidades de classe social, a vertente institucionalizada do marxismo/comunismo de então discordava com as propostas marxistas-estruturalistas de uma anti-humanismo radical presente no materialismo dialético¹⁵. Desse modo, aos indivíduos caberia a conscientização e a posterior revolução nos processos de produção do capital (DOSSE, 1993).

O discurso existencialista-marxista de Sartre, cujo eco podemos ler em Freire (1979, 1983) era, pois, muito próximo do que pretendia o Partido Comunista Francês na década de sessenta: assimilar Marx enquanto humanista, ou seja, inferir da proposta de dissolução de classes uma visão redentora do subjetivo e não mais legitimar o proletário apenas como instrumento revolucionário.

No caso de Freire, tratava-se, num primeiro momento, de descoisificar uma população de trabalhadores que sequer constituía um povo (FREIRE, 1983): é bom lembrar que no período de criação dos Círculos de Cultura (início da década de sessenta) o voto era vedado aos analfabetos e, diferente do que ocorrera na Europa, a população não tivera nenhuma participação efetiva nos principais eventos políticos do país: “Nas circunstâncias de nossa colonização, de nosso povoamento, ao contrário, tudo levava ao fechamento, extremamente individualista” (FREIRE, 1983, p.71)

Não obstante a aquiescência com a tese antropológica canônica que corroborava a existência de um patriarcado protecionista contraposto a um setor oprimido e sem consciência de classe (*infra*, p. 5), a ultrapassagem da reificação oferecida pela educação freiriana estaria baseada na noção de sujeito autônomo.

Para tanto, substituindo a noção monológica presente no discurso pedagógico (bancário), Freire propunha um diálogo constante em que educadores e educandos deixassem à mostra sua condição de *correlação*. Da perspectiva de um existencialismo, isso significava uma positivação do Outro¹⁶, não somente empecilho na busca do em-si mas catalisador do proces-

¹⁴ “VERSTEHEN-compreender – é essencialmente elucidar-se a si mesmo enquanto possibilidade” (BEAUFRET, 1976, p.22).

¹⁵ Segundo ALTHUSSER apud HALL (1999, p. 35): “Marx deslocou duas proposições chave da filosofia moderna: que há uma essência universal de homem; que essa essência é o atributo de cada indivíduo singular, o qual é seu sujeito real”.

¹⁶ Também é possível aproximar Freire de um existencialismo cristão, vinculação facilmente observada nas constantes citações de Jaspers presentes nos seus textos. Daí um papel positivo na relação com a alteridade, baseada na caridade cristã.

so de autenticidade. Se relacionada ao marxismo, tal postura poderia ser entendida como mecanismo de opressão pela desnaturalização das ideologias de dominação por meio da conscientização dos fatores materiais da divisão social do trabalho:

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática de dominação, implica na NEGAÇÃO DO HOMEM ABSTRATO, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 1979, p.81)

Num mesmo movimento, a LIBERDADE se insurge contra a dominação econômica que desrealiza a opressão e a representa como dado natural (ideologia) e reivindica, justamente por isso, um repensar das práticas baseado no discurso existencial de um sujeito inalienável, ainda que existindo em formas inautênticas.

Esse amálgama de individualismo existencialista e teleologia revolucionária será o ponto nodal da crítica exercida sobre o discurso freiriano: ao conceber a subjetividade como mecanismo de transposição da ordem social vigente, o projeto se mostra inócuo diante do imperativo de vislumbrar uma nova ordem econômica, justamente porque individualismo e capitalismo não poderiam ser pensados de modo antagônico. Nas palavras de Manfredi (apud CUNHA, p.54) esse “ecletismo aglutinador”:

Assemelha-se mais a uma visão revolucionária “crítico utópica”, à medida em que não é negadora do sistema capitalista: apesar de o autor conceber a revolução como um procedimento de desestruturação da antiga ordem social (‘sociedade opressora’), não tem condições (em virtude do caráter a - histórico de seu esquema conceitual) de prever qual seria a nova configuração social que se reestruturaria a partir da anterior.

Mais que um aparato filosófico-conceitual irrefutável, é preciso, pois, pensar o discurso freiriano

sob a égide de uma ampliação das enunciações: ao assimilar a díade materialismo-existencialismo, o que esse discurso oferece é uma abertura na ordem existente, inaugurando novas formas de legitimação do verdadeiro antagônicas de um cartesianismo baseado numa objetividade indiscutível e num sujeito unificado. Ademais, expulsos como *o outro da razão, alteridade e exterioridade* ganharam força já no final do século XIX e se tornariam a base da dissolução da metafísica ocidental operada nos discursos do século XX. O que Freire engendra é uma espécie de meta-narrativa pedagógica, cuja pretensão seria unificar o debate acerca do sujeito cindido e as condições econômicas (infra-estruturais) que permeiam as relações inter-individuais.

3) Sobre a democracia: o PT e o MOVA

A mesma inferência de um ecletismo-aglutinador em Paulo Freire pode ser estendida às práticas discursivas do PT, tanto no que tange a interseção entre o materialismo e humanismo quanto na dificuldade de formalização dessa miscelânea.

Desse modo, quando assume o caráter socialista de seu projeto, ao partido cabe diferenciá-lo dos cânones marxianos¹⁷ dando à *democracia* um papel preponderante diante de qualquer revolução social: a superação das desigualdades econômicas só se tornaria exequível se pautada numa emancipação participativa das massas. Mais do que uma doutrina partidária, o socialismo seria instrumento para a conquista da autonomia dos trabalhadores, subsumidos em sua condição de sujeito.

Ainda que assumidamente anticapitalista, o socialismo do PT surgiria como amálgama de posições libertárias:

Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transforma-

¹⁷ As citações feitas nesse bloco referentes ao socialismo do PT constam em **O socialismo petista**. Disponível em <http://www.pt.org.br/site/assets/osocialismopetista.pdf>. Esse documento é produto do 7º Encontro Nacional do partido, realizado entre 31 de maio e 3 de junho em São Paulo.

*dor: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc. O ideário do partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão.*¹⁸

Como afirmava Freire, opressão e exploração seriam os mecanismos de contenção não apenas das transformações econômicas mas, mais enfaticamente, do desenvolvimento pleno do humano. A luta, nos dois discursos, residiria na inconformidade diante do abaulamento dos sujeitos:

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia e não para a nossa resignação em face das ofensas que destroem o ser. Não é na resignação mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos (FREIRE, 2001, p.87).

É de uma pessoalização que se fala aqui: ao invés de revolução, a rebeldia, meio não de universalizar a mobilização de trabalhadores oprimidos pelo sistema econômico mas de romper a estagnação da vocação para o ser mais. Esse abandono da doutrina socialista em seu viés revolucionário é justificado, tanto no discurso petista quanto no de Freire pela própria experiência histórica: se a Gulag e o stalinismo mostraram a face mais perversa da verticalização totalitária

dos socialismos do século XX, caberia conceber um discurso não teleológico e aberto às individualidades, pluralismo que garantiria o monitoramento da totalização autoritarista:

O PT apóia a luta dos trabalhadores e dos povos por sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente seu direito de crítica. Foi assim que, desde sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado socialismo real uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo (...) O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo.

No Brasil, entretanto, a capacidade desse modelo subjetivista estava circunscrita dada a imaturidade da classe oprimida. Retomando Oliveira (1998, p.69): “Sendo as bases percebidas como quase que homogeneamente constituídas por indivíduos sem identidade de trabalhador e sem conhecimento de seus direitos civis e ocupacionais, tornava-se fundamental um trabalho de ‘conscientização’”.

Assumindo então um discurso político-pedagógico do tipo freiriano – que no geral corroborava/constituía algumas de suas estratégias axiais – o que o PT promoveu foi uma saída discursiva que legitimaria a união de um socialismo específico (rebelde e não revolucionário¹⁹) e de um humanismo existencial pautado no projeto:

E, se o fim supremo do Partido dos Trabalhadores é o socialismo, ele mesmo, este fim, torna-se uma ética, por excelência, se entendermos que a SUPREMA MORALIDADE é a realização do homem, assim como a SUPREMA IMORALIDADE é, por outro lado, tudo o que desrealiza, tudo o que desenraiza, o desencrava de seus projetos, seus sonhos, seus desejos, seu crescimento... (GADOTTI, 1989, p.77)

¹⁸ De **O socialismo petista**.

¹⁹ O que, de todo modo, permanece imutável na transição do PT para o governo: não se trata de uma política de aniquilação do capitalismo mas de certa contenção de seus aspectos mais nefastos para a população. A questão do populismo cambial e outras facetas do discurso petista atual não cabem, infelizmente, nessa discussão.

A unidade entre o socialismo e o humanismo estaria garantida pela conscientização das massas através da educação, tarefa que pode ser posta em prática na primeira administração petista de Luiza Erundina na prefeitura da cidade de São Paulo. Se até aquele momento o PT fomentava um discurso de oposição tanto ao binarismo cartesiano quanto ao do tipo stalinista (infra-estrutura determinante final das condições sociais; Estado opressor das diferenças individuais), foi com a criação do MOVA por Paulo Freire²⁰ que a democratização do acesso à palavra escrita pode vincular-se ao discurso democrático defendido pelo Partido dos Trabalhadores.

Dentre os princípios do MOVA destacavam-se: a parceria entre poder público e os movimentos sociais, responsável por um projeto de não subordinação dos interesses da população aos do governo; o entendimento de uma educação como acesso à liberdade, essa implicada com a apropriação criativa da realidade social pelos indivíduos; a luta pela escola pública e gratuita.²¹

A base do programa era o conceito de educação popular desenvolvido nos Círculos de Cultura de Paulo Freire: educadores-facilitadores da apreensão da modalidade escrita da língua em correlação com os sujeitos-educandos cuja cultura oral deveria ser respeitada.

O discurso subjacente era o da leitura de mundo que antecede a leitura da palavra, condição essencial do homem em processo de autenticação, baseada diretamente no discurso de Freire (1990, p. 32): “a alfabetização de adultos e a pós-alfabetização implicam esforços no sentido de uma correta compreensão do que é a palavra escrita, a linguagem, as suas relações com o contexto de quem fala e de quem escreve, compreensão da relação entre ‘leitura’ do mundo e leitura da palavra...”

Para tanto, a proposta pedagógica desenvolvida afirmava sua metodologia de caráter “transformador, popular, democrático, processual, sistemático e interdisciplinar, rompendo a forma tradicional de ensino. Dessa forma busca possibilitar os educandos a serem parte integrante do processo de aprendizagem, respeitando o ritmo de cada um.”

Neste contexto, o papel do educador deixaria de ser o de “opressor cartesiano” – porque detentor do saber-poder – e passaria ao de problematizador, discutindo as relações possíveis entre a cultura escrita institucionalizada e a cultura oral e também autêntica dos seus educandos. A educação seria crítica, pois, não só ao dotar os educandos de uma técnica de uso da língua específica do grupo dominador, mas sobretudo por permitir a estes uma reavaliação positiva de suas especificidades culturais, reconfigurando-as para usos determinados.

Ampliando o campo dos saberes desses educandos, a proposta do MOVA insistiria na assunção das identidades locais e orais para, num outro movimento coordenado, oferecer a essas novas valorizações a urgência de uma integração social mais “crítica” no sentido de uma conscientização acerca tanto de desigualdades da ordem econômica (em termos gerais, burguesia x proletariado) quanto de uma diferente valorização das diferentes manifestações do simbólico (a cultura oral sendo estigmatizada como erro pelos detentores do padrão escrito-científico de conhecimento).

Ao voltarmos para o discurso do PT, é possível uma reinscrição da *democracia* como ética de ultrapassagem de condições não plenamente humanas de existência em sua transubstanciação pedagógica via MOVA: a postura crítico-democrática defendida em FREIRE é muito próxima daquela que permeia o *socialismo petista* tanto em sua vocação subjetivista quanto na incapacidade de gerar alternativas menos localizadas e mais revolucionárias.

²⁰ A importância dessa experiência inicial do MOVA como meio de emancipação permaneceria ao menos no discurso do PT. Nas eleições de 2002, o documento que tratava de educação trazia como meta para a Educação de Jovens e Adultos:

- “1. Implantar o programa Mova Brasil para erradicar o analfabetismo absoluto de jovens e adultos num prazo de quatro anos, envolvendo os diversos segmentos da sociedade civil organizada e os três níveis de governo, valorizando as experiências locais.
2. Nosso governo, em conjunto com todas as forças políticas e sociais empenhar-se-á para implantar um plano que possibilite o atendimento da demanda para o ensino fundamental e médio para os trabalhadores e trabalhadoras que ainda não os completaram.”

Ver em: PT. *Uma escola do tamanho do Brasil*. (2002). Disponível em <http://www.pt.org.br>.

²¹ Em: **MOVA em movimento**. Disponível em <<http://www.paulofreire.org/mova.pdf>>. Todas as citações referentes às propostas pedagógicas do MOVA nessa seção serão baseadas nesse documento.

De todo modo, ambas as posições *democráticas* revelam uma capacidade de legitimação discursiva ímpar. Assim, como produto de uma abertura política ainda incipiente no final da década de setenta, o PT e o discurso freiriano fazem uso de uma estratégia humanista revisitada pela questão socialista e criam um espaço enunciativo de cisão, por um lado, com uma política paternalista de exclusão de classes não economicamente hegemônicas e, por outro, com as propostas pedagógicas desse “assistencialismo”, engendrando de um *interdito factual* – a ditadura militar e sua coerção²² – um lugar de diferenças possíveis.

Com isso, auxiliam na discussão sobre a objetividade e, por conseguinte, exigem **novas formas de separação entre os regimes do falso e do verdadeiro** e da **pretensa razão essencial com seus duplos** – nesse caso específico, a facticidade existencialista ou a determinação econômica.

4) Alfabetizar, conscientizar, letrar

Se a proposta do MOVA tinha como princípio norteador uma participação democrática e consciente de seus educandos junto ao seu grupo social e no desenvolvimento de duas próprias capacidades subjetivas, tal empreendimento não poderia ser reduzido à aquisição de uma técnica escrita:

Trata-se, portanto, não apenas da aquisição mecânica da leitura, mas do acesso a uma outra lógica na qual é expressa a compreensão de vida, o sentido da vida, as relações entre as pessoas, a organização econômica. O exercício do poder é a própria elaboração do saber e, conseqüentemente, a constituição das individualidades. (FREIRE, 1990, p. 33).

O interesse estava, pois, em garantir a proficiência dos alunos em relação a um universo simbólico do qual estavam excluídos, qual seja, a da cultura do opressor, o mundo da significação dos que detinham

os não só os meios de produção mas que ainda determinavam o padrão cultural valorizado.

Essa assunção de uma diglossia excludente (*infra*, p. 2) é o que caracterizará a aproximação do discurso do MOVA (ou de Paulo Freire) com as concepções de Letramento, sobretudo aquelas ditas ideológicas (BARTON, 1994).

Diferentemente das propostas alfabetistas (como o Mobral no Brasil), os estudos de Letramento revelam um corte em relação ao paradigma psicológico (BARTON, 1994), apontando-nos diferentes USOS a que se destina a alfabetização a sua capacidade de corroborar ou transformar os meios em que está inserida.

Dessa perspectiva, a linguagem é entendida como condição de qualquer experiência humana²³ e, como mediador universal, traz em seu bojo as marcas dos diferentes discursos na qual se forma e por onde circula. O resultado disso é a impossibilidade de tratar a língua escrita como ferramenta neutra: entrar no discurso escrito é aqui também ter acesso a regimes de dizer específicos, regidos por normas sociais determinadas e constitutivas dos entendimentos dos sujeitos e suas relações.

Na negação de um universalismo das práticas de uso da escrita, o discurso dos chamados estudos do Letramento (em sua vertente ideológica) é o da rejeição de um processo aquisitivo em termos individuais como pretendia o modelo alfabetizador e uma afirmação do caráter sócio-histórico das práticas da/com a linguagem (KLEIMAN, 2002).

Certamente, o discurso freiriano pode ser vinculado a esse posicionamento²⁴ por sua sagacidade em apontar usos diversos para o domínio da técnica escrita e pela supervalorização excludente que dessa se faz nas sociedades ocidentais. No entanto, ao ser retomado pela proposta do MOVA e tornado institucional, a proposta se define muito mais por suas realizações alfabéticas – a quantificação dos indivíduos que ascenderam à condição de alfabetizados²⁵ – do que por demonstrações efetivas de revoluções – ou “rebeldias” num nível microcósmico.

²² É interessante lembrar que os Círculos de Cultura forma “interrompidos” depois do chamado Golpe Militar.

²³ “Language mediates what goes on inside our heads and what goes on outside” (BARTON, 1994, p.65).

²⁴ Assim o fazem BARTON (1994) e KLEIMAN (2002).

²⁵ Para uma análise pormenorizada do “sucesso” do MOVA, acessar **MOVA em movimento**. Disponível em <<http://www.paulofreire.org/mova.pdf>>.

Destarte, é possível vislumbrar nessa insistência numérica a tentativa de justificar o programa pela aquisição do mecanismo da escrita e não por suas reverberações ideológico-existenciais, como pretendia a proposta pedagógica ou o projeto do partido. Ao invés de reconfigurar a Alfabetização de Jovens e Adultos a fim de transformar a própria auto-imagem cultural dos educandos, a ênfase nos resultados permanece vinculadas a legitimação do acesso à educação como forma de ascensão social.

O mesmo “mito da ascensão social”, segundo Kleiman (2002) servira de mote para o discurso militar quando da implementação do MOBREAL que independente de qualquer efetividade numérica tornou-se símbolo da incapacidade pública na erradicação do analfabetismo.

Quando relacionado ao MOVA, essa mitologia da ascensão, ao contrário do que se propagava, permanece pungente: como esforço de conscientização dos trabalhadores ineficaz – não há qualquer relação possível ou ao menos sugerida entre ampliação do espectro e do poder dos movimentos sociais envolvidos e a participação no MOVA –, o programa iniciado na Prefeitura de São Paulo não alcança seus objetivos fundamentais, preferindo salvaguardar o discurso da eficiência segundo uma plataforma tecnológica.

O que se tem então é a neutralização de suas práticas “desmistificadoras”: não há mais dicotomia possível (ao menos não legitimável) entre os modelos da ditadura militar “bancarista” e a pedagogia da liberdade, justamente porque não é no discurso pedagógico que o confronto se dá.

Independente, pois, dessa ausência de emancipação efetiva – em todo caso, como tentamos apontar, emancipação que sequer fora satisfatoriamente resolvida tanto pelo PT quanto pelo MOVA – o que se tem é o uso do pedagógico como ferramenta para forjar uma identidade político-partidária²⁶ baseada no ideário de um socialismo democrático também titubeante.

Nessa ordem do discurso da política brasileira pós-ditatorial, caberia ao PT em ascensão continuar marcando suas especificidades discursivas em relação

tanto aos aliados precedentes (PMDB, PDT) quanto em relação aos rivais de sempre – e nesse caso a vitória do antes udenista Paulo Maluf e o fim do MOVA é sintomática do embate.

Considerações finais

Como pretende GRAFF (1994, p.91) o ponto nodal estaria em entender a “[...] relação entre alfabetização, educação e democracia participativa moderna”. Na superestimação da soberania popular e do papel transformador da educação legados pelo Iluminismo, foram renegados os “aspectos negativos da educação”, suas implicações diretas no controle social na repressão política.

Partindo desse outro da educação, poderíamos concluir uma vinculação necessária da política e da educação num primeiro instante para, finalmente, vislumbrar da segunda um recurso eficiente tanto para a legitimação dos discursos quanto para a coesão da massa popular.

Se relacionado à díade MOVA-PT, tal outro é negado constantemente (a educação libertadora se contrapondo à bancária) como ideológico e mesmo como entrave a modos mais humanizados de governabilidade e de relações sociais. Porém, a incapacidade de tal modelo em suscitar uma proposta exequível de conscientização (existencial ou econômica) ou de amalgamar a insistência na plenitude subjetividade com o imperativo socialista da igualdade radical num projeto revolucionário, esvaziam seu discurso pedagógico libertário e emancipador.

Não obstante, como se viu, a similitude de um projeto educacional e de o projeto de partido permitem engendrar um discurso político coeso, capaz de criar um campo de positivities e uma formação discursiva unificada fazendo uso da educação.

Naquele momento de ascensão, a projeção garantida pela governabilidade de São Paulo teria garantido, pois, a emergência do PT como criador de discursos legítimos e, por conseguinte, dotado o partido dos imperativos necessários para sua difusão, sendo o

²⁶ Nesse embate, sofrem os eleitores: a administração de Paulo Maluf “reestruturou” novamente a Educação em São Paulo e extinguiu o MOVA.

MOVA um dos discursos necessários para a solidificação de sua identidade nacional.

REFERÊNCIAS

- BARTON, D. **Literacy**: an introduction to the ecology of written language. USA: Blackweel, 1994. 247 p.
- BEAUFRET, J. **Introdução às filosofias da existência**: de Kieerkegaard a Heidegger. [trad. Salma Tannus Muchail]. São Paulo: Duas Cidades, 1976. 146 p.
- CUNHA, D. A. **As utopias na educação**: ensaio sobre as propostas de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 79 p.
- DOSSE, F. **História do estruturalismo**: v1: o campo do signo, 1946/1966. 2.ed. [trad. Álvaro Cabral]. São Paulo: Ensaio; Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993. 447 p.
- FREIRE, P. **A importância do alto de ler**: em três artigos que se completam. 24.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990. 96 p.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 150 p.
- _____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 165 p.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 218 p.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 8.ed. [trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio]. São Paulo: Loyola, 2002. 79 p.
- GADOTTI, M.; PEREIRA, O. **Pra que PT**: origem, projetos e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989. 370 p.
- GRAFF, H. J. Passado e presente da alfabetização: abordagens críticas sobre a relação alfabetização/sociedade. In: **Os labirintos da alfabetização**: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização. [trad. Tirza Myga Garcia]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p.65-94.
- HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 3.ed. [trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guarcia Lopes Louro]. Rio de Janeiro: DP & A, 1999. 102 p.
- KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados de letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2002. 294 p.
- LYOTARD, J. F. **A fenomenologia**. [trad. Mary Amazonas L. de Barros]. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. 130 p.
- MOVA em movimento**. Disponível em <<http://www.paulofreire.org/mova.pdf>>. Acesso em 04/06/2006.
- MESERANI, S. **O intertexto escolar**: sobre leitura, aula e redação. São Paulo: Cortez, 1995. 174 p.
- OLIVEIRA, I. R. de. **Trabalho e política**: origens do Partido dos Trabalhadores. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1998. 144 p.
- PENHA, J. da. **O que é existencialismo**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 122 p.
- O socialismo petista**. Disponível em <<http://www.pt.org.br/site/assets/osocialismopetista.pdf>>. Acesso em 04/06/2006
- PT. **Uma escola do tamanho do Brasil**. (2002). Disponível em <<http://www.pt.org.br>>. Acesso em 04/06/2006.
- STREET, B. V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. 239 p.